



Colonialismo digital e processos de disputas: as mídias como ‘sistemas educativos’ da população

Digital colonialism and processes of dispute: the media as ‘educational systems’ of the population

Marília Claudia Favreto Sinãni ^{a,*} 

Aline Accorssi ^a 

RESUMO: Com o avanço tecnológico, as práticas de colonialismo passaram por atualizações e adaptaram-se às demandas do sistema capitalista de vigilância na sua dimensão neoliberal. A dinâmica que caracteriza o capitalismo de vigilância e vem organizando a relação ser humano-máquina no século XXI é o colonialismo digital, prática de dominação baseada na extração de dados informacionais e padronização de comportamentos através dos algoritmos, mecanismos invisíveis de controle ideológico. Com o objetivo de discutir a forma que o colonialismo digital vem utilizando as mídias como ‘sistemas educativos’ da população para legitimar processos de disputas, este relato de pesquisa problematiza as relações de poder tensionadas nos meios massivos de comunicação e incita reflexões acerca dos limites e das potencialidades do uso da tecnologia sob uma perspectiva da educação. Para isso, sistematiza estudos sobre a relação entre as mudanças na sociedade da hiperespetacularização e as táticas militares adotadas pelas empresas de tecnologia que tendem a aprofundar o consumismo a nível global, mercantilizando a vida humana. Como resultado, identificou-se que os canais educativos têm sido cada vez mais ampliados pelas tecnologias digitais, mas ao mesmo tempo em que podem contribuir para a luta pela libertação, também favorecem processos de manipulação e controle político, econômico e ideológico, apontando para a necessidade de questionamentos sobre o seu uso na sociedade e a importância de caminhar rumo a descolonização da tecnologia.

Palavras-chave: Colonialismo Digital; Educação; Organização do Conhecimento.


ABSTRACT: With technological advances, the practices of colonialism have been updated and adapted to the demands of the capitalist surveillance system in its neoliberal dimension. The dynamic that characterizes surveillance capitalism and has been organizing the human-machine relationship in the XXI century is digital colonialism, a practice of domination based on the extraction of informational data and the standardization of behaviour through algorithms, invisible mechanisms of ideological control. With the objective of discussing the way in which digital colonialism has been using the media as 'educational systems' for the population in order to legitimize processes of dispute, this research report problematizes the power relations tensioned in the mass media and incites reflections on the limits and potential of the use of technology from an educational perspective. To do this, he systematizes studies on the relationship between changes in the society of hyper-spectacularization and the military tactics adopted by technology companies that tend to deepen consumerism at a global level, commodifying human life. As a result, it was identified that educational channels have been increasingly expanded by digital technologies, but at the same time as they can contribute to the struggle for liberation, they also favour processes of manipulation and political, economic and ideological control, pointing to the need to question their use in society and the importance of moving towards the decolonization of technology.

Keywords: Digital Colonialism; Education; Organization of Knowledge.

^a Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Marília Claudia Favreto Sinãni. E-mail: profmariliasinani@gmail.com.

Recebido em/Received: 31/08/2023; Aprovado em/Approved: 01/11/2023.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

Passaram-se séculos desde o período da invasão territorial e cultural do contexto da América Latina, momento em que tempo e espaço sofreram processos de colonização baseados nos modelos dominantes em prol do ‘progresso’ da humanidade. No colonialismo praticado no período histórico de invasão cultural, aos olhos dos invasores, os povos originários que viviam em terras brasileiras foram considerados obstáculos para a ‘civilização’ e, a partir deste mito, foram sendo estabelecidos outros tipos de colonialismos também legitimadores de processos de classificação e dominação, todos adaptados conforme as demandas das novas gerações.

Na contemporaneidade, além das marcas da contradição e da dependência externa em relação aos países autodenominados ‘desenvolvidos’ – ambas oriundas da formação histórica e cultural colonial da América Latina –, estamos enfrentando atualizações das práticas de exploração imperialista de corpos e territórios que se intensificaram ainda mais ao serem incorporadas pela lógica capitalista neoliberal. Hoje, vivemos em um contexto com muitos avanços tecnológicos que poderiam ser utilizados para beneficiar a humanidade, mas quando nos deparamos com o tecnofascismo brasileiro e as práticas de exploração cada vez mais atualizadas para o mundo digital, temos a demonstração de que o uso da tecnologia tem sido ambíguo. Ao mesmo tempo em que o uso da tecnologia pode ser voltado à atuação política, também pode servir à padronização de comportamentos, numa espécie de colonialismo digital (Faustino e Lippold, 2023).

O mundo virtual vem atuando como uma extensão da mente humana que, por sua vez, nem sempre consegue acompanhar a aceleração de estímulos dispostos no entorno tecnológico e acabam sendo levadas ao *burnout*¹ de tanto serem sugadas por algoritmos, Inteligências Artificiais (IA) e bots (Faustino e Lippold, 2023). Nesse ritmo acelerado, estamos vivendo em uma sociedade da hipervisualização que mercantiliza o tempo e a vida humana, gerando disputas que também adentram os espaços educacionais e nele influenciam as compreensões do mundo. Compreendendo que o mundo real está cada vez mais indissociável do mundo virtual, este estudo pretende discutir o modo que o colonialismo digital vem utilizando as mídias como ‘sistemas educativos’ da população para legitimar processos de disputas, de modo a construir um espaço para possíveis diálogos e reflexões a respeito dos impactos sociais produzidos na relação ser humano-tecnologia na sociedade atual.

A nível metodológico, este artigo parte do relato de uma pesquisa que vem sendo produzida, fundamentada por uma revisão de literatura e uma sistematização de conceitos relativos à temática do colonialismo digital (Faustino e Lippold, 2023; Birhane, 2021), dos meios de comunicação como ‘sistemas educativos’ da população (Dussel, 1980; Freire e Guimarães, 2013) e dos processos de disputas culturais influenciadas pela guerra de informação visualizada (Mirzoeff, 2016) legitimadora das

¹ O *burnout* tem sido pauta dos estudos das ciências sociais para compreender como a aceleração do tempo e a lógica capitalista neoliberal de competitividade alienam e adoecem as pessoas.

práticas de controle das esferas social, política e econômica que tendem a moldar comportamentos e despolitizar a população.

OS IMPACTOS SOCIAIS DO COLONIALISMO DIGITAL

Os países da América Latina carregam o histórico de serem submetidos a processos de exploração e dominação imperialistas, fazendo com que territórios e pessoas sejam vistas, até hoje, como matérias-primas. Os longos processos de colonização e a manutenção do imperialismo por parte do sistema capitalista fizeram com que a América Latina se tornasse dependente da ciência e da tecnologia de países ricos como os Estados Unidos e a Europa (Dussel, 1980) e embora tenhamos alcançado outros níveis tecnológicos na contemporaneidade, estamos vivendo uma outra dinâmica do capitalismo tardio: o colonialismo digital (Lippold e Faustino, 2022).

Há estudos que apontam estarmos vivendo em um novo cenário: o capitalismo de vigilância, um modelo que vê a experiência humana como matéria-prima a ser vendida (Zuboff, 2020) e se aproxima da estratégia de extração de dados do colonialismo digital (Faustino e Lippold, 2023). O capitalismo de vigilância faz uso de um poder instrumentário que busca conhecer o comportamento humano para moldá-lo a seus interesses. No lugar de utilizar exércitos, o capitalismo de vigilância domina através de dispositivos digitais e espaços de conexão em rede, onde amplia as suas estratégias para além do que já estava sendo discutido por Karl Marx sobre o capitalismo clássico: “em vez do trabalho, o capitalismo de vigilância se alimenta de todo aspecto de toda a experiência humana” (Zuboff, 2020, p. 24).

O capitalismo de vigilância vem sendo cada vez mais aperfeiçoado no contexto latino-americano, tornando-se um grande aliado da lógica colonial já existente na concretização de seus projetos de vigilância sobre pessoas e territórios. Um dos aspectos mais complexos do capitalismo de vigilância é que ele se constitui de mecanismos, muitas vezes invisíveis, ubíquos e compostos por dispositivos e serviços, demonstrando que “nós agora pagamos para ser dominados” (Zuboff, 2020, p. 25).

Levando em consideração o modelo capitalista e colonial que estrutura o contexto latino-americano, percebemos que as formas de controle e padronização de comportamentos vêm passando por adaptações significativas, gerando atualizações nos processos de colonialismo. Partimos, então, da ideia de que existem três tipos de colonialismos: o colonialismo histórico, o colonialismo tradicional e o colonialismo digital. Estes colonialismos dependem uns dos outros para seguirem caracterizando o *modus operandi* que sustenta a dominação e a opressão na sociedade contemporânea.

Marcado pelas situações coloniais específicas do período de invasão territorial e cultural, o colonialismo histórico deixou marcas no modo como a sociedade se vê e atua, constantemente fadada a reproduzir os processos de hierarquização nele iniciado. Apesar de a independência das colônias ter incitado a ideia de que o colonialismo histórico havia chegado ao fim, quando vemos as reproduções de padrões de poder que colonizam seres e saberes, percebemos que o colonialismo

histórico ainda existe e está longe de acabar (Grosfoguel, 2008). Adquirindo novas roupagens, o colonialismo histórico foi sendo atualizado e incorporado no campo epistêmico – gerando uma tradição científico-filosófica cartesiana – a fim de justificar as práticas de exploração e a continuidade da opressão, desta vez, no formato de discursos monológicos a serviço da operacionalização da matriz de poder colonial somada à lógica capitalista.

A atualização do colonialismo através do tempo nos leva a uma outra forma de controle: o colonialismo digital, também conhecido como colonialismo algorítmico ou colonialismo de dados. Para entendermos esta outra adaptação, é importante entender que tanto o colonialismo tradicional como o colonialismo algorítmico “compartilham o desejo comum de dominar, monitorar e influenciar o discurso social, político e cultural através do controle dos principais meios de comunicação e infraestrutura” (Birhane, 2021, p. 169). O colonialismo digital é o modo de produção capitalista que marca o contexto atual porque se trata de uma versão atualizada do imperialismo para extrair dados informacionais do Sul global, em que o comportamento do ser humano se torna matéria-prima a ser explorada (Lippold e Faustino, 2022; Birhane, 2021). Na era do colonialismo digital, a dominação nem sempre é escancarada como violência física, na maioria das vezes, ela atua por meio de mecanismos invisíveis de controle.

Tanto o colonialismo digital como o colonialismo tradicional envolvem práticas semelhantes e interdependentes em que as táticas de controle são institucionalizadas, muitas vezes, passando despercebidas por nós. Para visualizarmos como um tipo de colonialismo tende a gerar o outro, apresentamos um quadro (Quadro 1) com a síntese das atualizações do colonialismo ao longo do tempo:

Quadro 1. Dimensões observadas no estudo.

Colonialismo histórico	Colonialismo tradicional	Colonialismo digital
Se refere à invasão territorial e cultural durante os séculos XIV e XVII por parte dos países europeus (Espanha, Portugal e França).	Ocorre desde meados do século XVII e XVIII até as marcas deixadas na contemporaneidade por tratar-se de um vínculo entre passado e presente resultante da experiência moderna.	O colonialismo digital vem sendo discutido com este nome no século XXI, principalmente, devido aos avanços tecnológicos e aos novos modos de produção capitalista.
A invasão territorial e cultural fez uso da violência física para dominar através da prática de exploração. Após quase todas as ‘administrações coloniais’ terem sido erradicadas, difundiu-se a ideia de que o colonialismo teria acabado,	Diz respeito ao período em que os países da Europa auto produziram a si mesmos como civilização, buscando na Grécia Antiga a fonte de toda a história da humanidade, utilizando-a como parâmetro para medir todo o grau cultural e	Com o avanço das tecnologias, as práticas do colonialismo foram se atualizando conforme as novas demandas da sociedade atual, que se organizam na dependência dos países euro-estadunidenses. A

Colonialismo histórico	Colonialismo tradicional	Colonialismo digital
mas o seu modus operandi parece ter sobrevivido, fazendo com que essa interpretação se tornasse equivocada.	estabelecer um padrão de poder de dominação baseado na exploração de corpos e territórios a serviço da ‘modernização’.	dominação política, econômica e ideológica migra para os meios tecnológicos e segue classificando, categorizando e ordenando seres humanos, desta vez, com mecanismos invisíveis.

Hoje, estamos na era da Inteligência Artificial (IA), momento em que a dominação política, econômica e ideológica assume outros mecanismos de controle, mas ainda é possível problematizar o colonialismo digital com base nas noções do imperialismo e as relações de poder assimétricas inscritas no colonialismo histórico e tradicional, identificando-o como uma nova forma de dominação, cujo ‘centro’ é os Estados Unidos (AVELINO, 2021).

Essa nova forma de dominação acontece, principalmente, por meio da captura de dados pessoais que são utilizados “para promover influência comportamental para fins de propaganda comercial, ideológica ou política” (Cassino et. al, 2021, p. 9). Um exemplo disso foi o período de eleição para presidência do Brasil no ano de 2018 que configurou um campo de disputa de ideologias nos meios digitais. Naquele momento, a sociedade brasileira, influenciada por propagandas ideológicas e políticas, se polarizou ainda mais e fortaleceu discursos que até hoje alimentam o tecnofascismo brasileiro, também conhecido como bolsonarismo². Os movimentos de apoio à candidatura de Jair Bolsonaro e aos ideais conservadores que ele representa – tanto nas eleições de 2018 como nas de 2021 – foram articulados por meio do uso das tecnologias, através de grupos no Telegram, Facebook e Whatsapp. Ainda, a forma como estes grupos difundiram os discursos de ódio e realizaram ciberataques para beneficiar seu candidato fundamentou-se na técnica de disparo das *fake news* que, na medida que viralizaram, funcionaram como uma estratégia de marketing responsável pela vitória de Bolsonaro em 2018 (Faustino e Lippold, 2023).

A todo momento, os nossos dados estão sendo capturados pelas plataformas digitais através dos sistemas algorítmicos que monitoram os principais meios de comunicação. São os algoritmos que, socialmente determinados, extraem os nossos dados e decidem o que vamos ver, o que vamos comprar, o que vamos pensar, tendo em comum com o colonialismo tradicional o interesse em manipular as pessoas através do discurso social, político e cultural (Birhane, 2021; Faustino e Lippold, 2023). O cenário em que vivemos está permeado por técnicas de vigilância digital que combinam as mesmas práticas do colonialismo histórico e as experiências na situação colonial, mas

² O bolsonarismo é um fenômeno político que expressa o fascismo e o tecnofascismo que surgiu no Brasil em apoio aos ideais conservadores de extrema direita representados pela figura de Jair Bolsonaro.

usa a tecnologia como uma nova ferramenta de vigilância, manipulação e dominação (Machado, 2021).

Embora se acredite que há uma neutralidade na tecnologia, a maior parte das plataformas tendem a estar articuladas com Estados ricos e não beneficiam todas as populações do mundo, muito pelo contrário, formam monopólios tecnológicos que invadem e controlam vários aspectos da vida social. Vale lembrar que a neutralidade tecnológica é uma ilusão porque as IAs e os algoritmos são “programas planejados por alguém para determinado fim” (Faustino e Lippold, 2023, p. 43), ou seja, por trás da programação dos algoritmos existem vidas humanas com valores, interesses e ideologias a serem inscritos.

Além da extração de dados da população como se esta também fosse matéria-prima, temos outras problemáticas que configuram o colonialismo digital como, por exemplo, a exploração do ouro das terras dos povos indígenas brasileiros e do lítio da Bolívia, ambas utilizadas na produção das novas tecnologias. O colonialismo digital, por sua vez, conversa com um olhar colonial e capitalista que não vê pessoas ou natureza, as enxergam como recursos a serem explorados para a acumulação de bens. Essa prática de exploração ocorre, principalmente, nos países tecnoeconomicamente pobres e com relações de dependência externa, regiões historicamente ensinadas a reproduzir a visão fatalista e alienante de que não são aptas a criar tecnologias, sendo apenas consumidoras daquilo que os países tecnoeconomicamente ricos produzem (Faustino e Lippold, 2023).

Uma outra problemática que sustenta as práticas do colonialismo digital é o fluxo de monetização, quantificação e capitalização da vida humana que, muitas vezes, nos leva a acreditar que os dispositivos tecnológicos promovem a nossa libertação, uma concepção ingênua, visto que a captura de dados nas plataformas digitais colocam em risco a liberdade das pessoas porque personalizam táticas de controle e gerenciamento desconhecidas pela maioria da população.

Não são apenas os nossos cérebros que estão sendo sugados pela extração de dados, existe todo um sistema consolidado para capturar os dados do âmbito da saúde, da educação, da ciência e da justiça (Lippold e Faustino, 2022), estratégias a serviço da mercantilização da vida humana. Desde cedo, as novas gerações tendem a entrar em contato com dispositivos tecnológicos e, rapidamente, já começam a postar fragmentos de suas vidas nos meios de comunicação. Isso nos faz refletir sobre o quanto as mídias digitais, de certa forma, também influenciam a forma como o conhecimento vem sendo organizado, situação preocupante porque conforme as relações de poder migram também para os meios digitais, percebe-se que “o controle do intelecto geral pelo capital reforça a alienação técnica e anula a inteligência coletiva consolidando sua submissão ao marketing” (Faustino e Lippold, 2023, p. 21). As estratégias empregadas pela lógica capitalista neoliberal parecem não poupar ninguém, adentram espaços educacionais, casas, igrejas e muitos outros lugares.

Quando nos propomos a problematizar a presença ambígua das novas tecnologias no cotidiano das pessoas, não podemos ignorar que vivemos em um contexto histórico-

cultural ordenado pela lógica neoliberal, a “fase doutrinária atual do capitalismo mundial” (Faustino e Lippold, 2023, p. 21), que tem gerado “crises financeiras e econômicas repetidas, ao mesmo tempo que a insegurança permanente, o estresse, a ansiedade e a depressão num grande número de assalariados” (Lipovetsky e Serroy, 2015, p. 243). Os interesses econômicos apoiam-se cada vez mais nas estratégias de *marketing* para controlar o intelecto e as subjetividades que compõem a sociedade, individualizando os comportamentos que podem nos levar a uma existência cada vez mais conflituosa.

O uso das novas tecnologias vem impactando a sociedade que, muitas vezes, aceita os “termos de uso” sem devidamente lê-los criticamente. Parece existir uma grande confiança nas máquinas e poucas discussões sobre quem está por trás delas, até mesmo quando nos deparamos com avisos sobre o quanto utilizar o celular ou o computador em excesso pode prejudicar a saúde das pessoas, as críticas são bem mais voltadas às máquinas do que necessariamente àqueles que a dominam para obterem resultados. Os algoritmos e as IAs capturam os nossos dados na promessa de ser em razão de garantir uma melhor experiência nas plataformas, mas existe algum outro motivo para fazerem isso? Será que as novas tecnologias não têm sido utilizadas de forma cada vez mais passiva? Independentemente do grupo ao qual se pertença, todos temos os dados capturados e manipulados pelos grandes monopólios informacionais (Faustino e Lippold, 2023), então como esses processos estão colonizando o comportamento humano?

Assim como os seres humanos internalizam as contradições, de que modo as máquinas também refletem as tensões que configuram espaços de disputas? Existe um único modo de produção das tecnologias? Como a sociedade está lidando com as novas tecnologias? Neste estudo, não queremos demonizar a tecnologia ou colocá-la em patamares divinos, estamos partindo de questionamentos para ampliar as discussões sobre as relações de poder que organizam a interação ser humano-máquina no século XXI, de modo a tentar superar o colonialismo digital.

LIMITES E POTENCIALIDADES NA RELAÇÃO SER HUMANO-MÁQUINA

O colonialismo e as suas práticas de controle ideológico tem aparecido em vários formatos na vida cotidiana da população. A sua adaptação ao digital é uma realidade que adentra todos os espaços, inclusive os educacionais, como um reflexo de que as relações sociais são também mediadas pelos meios de comunicação. Nos últimos anos, os disparos de fake news nas mídias digitais se tornaram uma arma de guerra a serviço da desinformação em massa atrelada a interesses políticos e econômicos (Faustino e Lippold, 2023), demonstrando que os meios de comunicação têm cumprido cada vez mais a função de impor à população uma visão particular de realidade de modo a institucionalizar mentiras (Martin-Baró, 2017).

Muito antes das discussões sobre o termo colonialismo digital, em seus estudos sobre a pedagógica³ da dominação na América Latina e Caribe, o filósofo argentino Enrique Dussel (1980) já problematizava os meios de comunicação como ‘sistemas educativos’ que, controlados pelos países euro-estadunidenses, buscavam manipular ideologicamente a população e nela introjetar o projeto do sistema dominante. Com ênfase no rádio e na televisão, Dussel (1980) discutiu a presença da ideologia do imperialismo nos meios de comunicação e o seu papel em introjetar projetos ‘pedagógicos’ de dominação, mantendo as relações de dependência com os países ricos.

Ainda no início das discussões sobre os impactos sociais da internet no Brasil, Paulo Freire e Guimarães (2013, p. 188) apontaram que os meios de comunicação estavam alcançando outros patamares, ao ponto de se tornarem uma espécie de ‘escola paralela do povo’, ampliando os canais educativos para além das instituições formais de ensino. Freire e Guimarães (2013) alertaram que para acabar com a desigualdade social não bastaria apenas ter o acesso à internet porque se duas pessoas pertencentes a condições econômicas distintas visualizassem um mesmo conteúdo na internet, a que tivesse o capital cultural mais rico e diversificado tiraria muito mais proveito que a outra. Com base nessa reflexão crítica sobre o uso da internet, a tendência seria existirem internautas independentes e internautas dependentes, em que os primeiros teriam maior chance de ocuparem postos de dominação e a internet se tornaria mais um espaço de desigualdades.

No século XXI, com o veloz crescimento das tecnologias digitais, os meios de comunicação constituem um cenário de disputas ainda mais intensas do que as antes criticadas por Martin-Baró (2017), Dussel (1980) e Freire e Guimarães (2013). O mundo virtual tornou-se indissociável da existência humana e vivemos em uma sociedade cada vez mais hiperconectada, movida por avanços das TICs que ampliam as possibilidades de encontros e nos levam a acreditar que as fronteiras não mais existem. Entretanto, apesar de a tecnologia ser vista como a solução dos problemas, devido ao incitamento do fetiche pelo consumo que tenta colocar os dispositivos digitais como divindades libertadoras, o capitalismo neoliberal aprofunda “as separações e os isolamentos sociais” (Faustino e Lippold, 2023, p. 21).

A maior parte dos dispositivos digitais de hoje possuem telas de várias dimensões que, a todo instante, estão difundindo imagens da vida cotidiana a serem veiculadas pelos algoritmos. Essa sociedade da tela generalizada revela que estamos na era do hiperespetáculo, na qual existem oito eixos que a constituem: 1) a sociedade das telas promove uma superabundância midiática; 2) o fato de as pessoas poderem escolher quando e o que visualizam nas telas provoca mudanças drásticas nos modos de consumo; 3) ocorre processos de hibridização entre diversas esferas; 4) as pessoas já não são apenas espectadoras das telas, agora elas produzem imagens em massa e

³ Para Dussel existe a diferença entre pedagogia e pedagógica. A pedagogia se refere aos processos de ensinar, e a pedagógica vai além do campo educacional, também está na dinâmica cultural e ideológica com a qual interagimos socialmente. A exemplo, os meios de comunicação, a juventude, pessoas do cotidiano, etc.

querem ser filmadas para ter uma ascensão social, muitas vezes, virando *influencers* e participando de *reality shows* numa espécie de mercantilização dos fragmentos da vida humana; 5) com as tecnologias como o 3D, por exemplo, a experiência é comercializada, uma nova lógica que vende estímulos capazes de proporcionar ‘aventuras’ virtuais; 6) os meios publicitários são supermediatizados para produzir e vender imagens que causem impactos emocionais diretamente nas pessoas; 7) hoje, há uma economia do vedetismo onde a estrelização é generalizada e todas as pessoas podem se tornar ícones mundializados; e 8) todas as coisas são convertidas em espetáculo com uma finalidade econômica para seduzir e construir uma sociedade de consumidores (Lipovetsky e Serroy, 2015).

Cada vez mais dominante, a sociedade do hiperespetáculo vem abarcando diversas esferas da vida social, demonstrando que vivemos sob a condição de hipervisualização da existência em meio a uma constante hiperexposição da vida. Tanto os países ricos como os pobres estão vivendo “em um mundo saturado de telas e fluxos de informações” (Faustino e Lippold, 2023, p. 134), onde as violências e até a morte se tornam espetáculos passíveis de serem monetizados. Um cenário complexo de monetização financeira e simbólica da vida.

O extrativismo de dados e a mercantilização da vida humana são práticas resultantes da combinação entre a ideologia neoliberal e as empresas de tecnologia que, muitas vezes, adotam métodos militares para monitorar, extrair dados e controlar corpos em regiões periféricas (Schiavi, 2021). Estes métodos militares alimentam medos no imaginário popular e criam inimigos a serem combatidos por meio de ações contra-insurgentes que Mirzoeff (2016) vai chamar de complexo militar-industrial. Baseado nas táticas militares adotadas no Centro de contrainsurgência do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, o complexo militar-industrial é formado por ações violentas e interesses neoliberais, sendo um reprodutor do imperialismo que se auto nomeia como o ‘lado certo’ das narrativas contra-insurgentes que ele mesmo produz.

Com o objetivo de exercerem o controle sobre a população, países ricos como os Estados Unidos adotam uma política de contrainsurgência e vigilância em que todo o planeta é considerado “um espaço potencial de insurgência” (Mirzoeff, 2016, p. 757) que precisa ser contido para evitar possíveis conflitos. Para isso, criam a imagem de inimigos em potencial e alimentam o medo da população em relação a eles como, por exemplo, a figura dos terroristas, traficantes de drogas e até de representantes de movimentos sociais. Desta forma, a contrainsurgência gera uma guerra baseada na informação-visualizada em que militares fazem uso de dispositivos tecnológicos como drones, por exemplo, para controlar outros países e é utilizada aqui como metáfora para refletirmos sobre o vigilantismo digital e as manipulações incorporadas nos meios massivos de comunicação.

Através do uso das tecnologias digitais e de comunicação, as empresas de tecnologia vêm adotando essas táticas militares de contrainsurgência para classificar e separar a população enquanto introjeta os legados imperiais no imaginário das pessoas, fazendo

com que elas, como ‘cidadãs de bem’, fiquem responsáveis por identificar os inimigos em potencial a serem contidos (Schiavi, 2021). Tudo isso se alinha ao capitalismo de vigilância e aos ideais do neoliberalismo para configurar um sistema de controle e vigilância que gera disputas entre processos de democratização e privatização monopolista (Faustino e Lippold, 2023). Ao pegar de empréstimo as estratégias militares de controle, o capitalismo de vigilância se distancia da democracia e atrofia a capacidade das pessoas de entenderem o que está acontecendo no contexto em que vivem (Zuboff, 2020), fazendo com que as populações não questionem as violências institucionalizadas e obedeçam à ordem do “chispem, não há nada para ver aqui” (Mirzoeff, 2016, p. 766) quando, na realidade, há muito a ser visto e criticado.

Todos estes mecanismos invisíveis de controle nos levam a pensar que na era da hiperespetacularização e da hipervisualização, o fato de as mídias atuarem como ‘sistemas educativos’ da população pode intensificar problemáticas sociais, afinal, estamos cada vez mais imersos em uma realidade onde as pessoas acessam informações através de novas Tecnologias de Informação e Comunicação, formam suas concepções de mundo a partir delas e as difundem para outros contextos como fontes de conceitos prévios. Nesse processo, o vigilantismo digital, a captura de dados e a constante aceleração do fluxo de informações alimentam processos de disputas ideológicas e disputas para explorar territórios nos países do terceiro mundo. Acontece que “a suposta ‘era informacional’ segue, na verdade, pautada pelos velhos limites materiais de produção” (Lippold e Faustino, 2022, p. 65) em que a exploração de dados e a exportação de tecnologias visam o controle político, econômico e ideológico.

O crescimento exponencial do uso das mídias digitais e a popularização dos dispositivos tecnológicos favorecem cada vez mais a colonização do tempo, do espaço e da vida. Se no colonialismo tradicional buscaram formas de colonizar o tempo e o espaço nos parâmetros unilineares, no colonialismo digital isso também acontece, só que de uma outra forma. Todas essas mudanças aceleradas das tecnologias digitais e o uso excessivo das mídias também modificaram o ritmo da vida (Faustino e Lippold, 2023). A dimensão do digital vem modificando a nossa percepção subjetiva sobre tempo e espaço e a aceleração das forças produtivas tem nos levado ao *burnout* e à saturação, ambas resultantes dos processos de colonização do tempo.

As mídias digitais também ampliaram os canais educativos, uma transformação, de certo modo, potente para aumentar o fluxo de circulação de pautas importantes dos movimentos sociais, por exemplo, mas de que forma estamos lidando com estas mudanças? Hoje, existe a concepção de que apenas criar um aplicativo, subir *hashtags* sobre temas sociais no Twitter ou virar *influencer* nas redes eliminará os problemas sociais e nos levará à libertação vem alimentando inúmeras falácias desenvolvimentistas que estão cada vez mais presentes na sociedade, situação complexa que nos convida a refletir sobre como essa concepção vem afetando o campo da educação.

Em um panorama geral, o avanço das tecnologias trouxeram muitos benefícios para o âmbito econômico, político e social, mas ao mesmo tempo, os modos de produção capitalista incorporaram as ferramentas digitais, adquirindo novos estágios para seguir produzindo uma cultura “que tenta, por cima de qualquer valor, o lucro e o egoísmo” (Dussel, 1997, p. 222). Trata-se da cultura de massa - dependente, alienante e unidimensional -, movida pelos interesses do sistema imperante que faz uso de projetos pedagógicos de dominação para manipular a opinião pública e introjetar nos países periféricos a ideologia imperial do sistema opressor através de vários meios, principalmente, os de comunicação (Dussel, 1980).

Identificamos diversos limites na relação ser humano-tecnologia no século XXI porque embora acreditemos que temos autonomia ao acessar os conteúdos nas mídias digitais, são os algoritmos que coletam os nossos dados e decidem as informações que chegam até nós. São os meios de comunicação que organizam a presença do passado na vida contemporânea e, por levarem conhecimentos e padrões de conduta, são como uma ‘escola paralela’, caracterizada pela cultura de massa que atinge um grande número de pessoas, fazendo com que estas sejam submetidas a padronização de comportamentos e mentalidades (Freire e Guimarães, 2013).

Ao mesmo tempo em que as novas tecnologias podem ser aliadas da luta dos movimentos sociais, por serem produzidas em um contexto repleto de contradições, também correm o risco de se tornarem instrumentos que ampliam as discriminações e as desigualdades. Se no mundo atual uma parcela da população tem se aproximado das pautas dos feminismos, do movimento negro e das demais lutas sociais através das mídias digitais, é porque as TICs oferecem muitas possibilidades de atuação política frente ao imperialismo. Entendemos que existe o uso contra hegemônico das TICs e isso causa transformações sociais importantes para que caminhemos rumo à libertação, mas para que isso ganhe força, apontamos para a necessidade de questionarmos o seu uso.

Apesar de as TICs promoverem encontros e terem um potencial democrático e libertador, precisamos estar atentos para não cairmos na ilusão de que a máquina já está nos dando a tão sonhada liberdade, porque há um poder instrumentário organizando a sociedade com base na propagação da concepção forjada de que “a pressão do grupo e a certeza computacional substituem a política e a democracia” (Zuboff, 2020, p. 37). Podemos pensar sobre a potência das tecnologias na organização do conhecimento e a melhoria das condições sociais, mas não sem antes questionar o seu uso porque não podemos ignorar que existe um capitalismo de vigilância responsável por estabelecer modelos reguladores não só dos espaços digitais, mas também das vidas cotidianas, legitimando novos processos de colonialismo.

Em razão disso, se torna cada vez mais necessária a luta coletiva por leis que rejeitem a legitimidade das operações do capitalismo de vigilância, bem como a extração e o uso dos dados comportamentais como se estes fossem matéria-prima gratuita (Zuboff, 2020). Essa luta precisa ser construída e movida por questionamentos a respeito do uso das tecnologias na sociedade contemporânea e pelo desvelamento

das estratégias de poder instrumentário operadas pelo capitalismo de vigilância via práticas constituintes do colonialismo digital.

Questionar as bases que controlam as máquinas é um convite para assumir ações descolonizadoras da tecnologia, de modo a problematizar os interesses que estão por trás da extração de dados realizada pelos monopólios tecnológicos. O cenário atual tem sido um espaço de disputas que tendem a se intensificar ainda mais caso os usos dos meios de comunicação não sejam repensados e as estratégias do colonialismo digital não forem desveladas. Essas ações exigem “esforços de descolonização dos meios de comunicação e criação de conteúdos libertários” (Faustino e Lippold, 2023, p. 183), atitudes engajadas com a luta pela superação das práticas de colonialismo clássicas e contemporâneas.

CONCLUSÕES

A partir do estudo realizado, é possível identificar que as tecnologias digitais ampliaram os canais educativos e trouxeram muitos benefícios para a humanidade, mas isso não exclui o fato de que elas carregam consigo o legado imperialista de exploração praticados desde o colonialismo tradicional, que segue sendo atualizado com o intuito de dominar as esferas sociais e culturais conforme as demandas do século XXI. Ao mesmo tempo em que as mídias digitais contribuem para a criação e a veiculação de conteúdos libertários, elas também favorecem processos de manipulação, desinformação e controle das dimensões políticas, econômicas e ideológicas. Desta forma, acabam por configurar um campo de disputas ideológicas que parecem ser a extensão das contradições sociais do mundo real.

Com a indissociação entre o mundo digital e o mundo real, as práticas de colonialismo digital tendem a passar despercebidas pela população que ainda vê as tecnologias apartadas da cultura, o que acaba despolitizando o seu uso. O fato de termos nos tornado uma sociedade da hiperespetacularização naturaliza ainda mais os processos de mercantilização da vida humana e a extração de informações como matéria-prima para as empresas usuárias de táticas militares a serviço do sistema capitalista de vigilância neoliberal, sendo cada vez mais urgente a busca por formas de descolonizar a tecnologia.

Superar a visão de que somos apenas consumidores e nunca produtores, lutar pelo controle dos meios tecnológicos por parte da classe trabalhadora e buscar formas de romper com a dependência dos países tecnologicamente ricos são estratégias importantes de descolonização da tecnologia a serem pensadas na América Latina. As condições sociais e econômicas aqui vividas não são dadas, mas sim construídas e por mais que se acredite na libertação oferecida pelos dispositivos tecnológicos, é uma percepção ingênua quando não se problematiza o fato de o neoliberalismo negar o direito dos países historicamente colonizados de produzirem a tecnologia.

REFERÊNCIAS

- BIRHANE, Abeba, 2021. Colonização algorítmica da África. Em: SILVA, Tarcízio, org. *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA. p. 169-180.
- FAUSTINO, Deivid e LIPPOLD, Faustino, 2023. *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. Rio de Janeiro: Boitempo.
- FREIRE, Paulo e GUIMARÃES, Sérgio, 2013. *Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GROSGOUEL, Ramón, 2008. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*. 2008, n. 80, p. 115-147.
- DUSSEL, Enrique, 1980. *La pedagogía latinoamericana*. Bogotá: Nueva América.
- DUSSEL, Enrique, 1997. *Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação*. São Paulo: Paulinas.
- LIPPOLD, Walter e FAUSTINO, Deividson, 2022. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. *Germinal: marxismo em debate*. 2022, vol. 14, n. 2, p. 56-78.
- LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean, 2015. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MACHADO, Débora Franco, 2021. A colonização dos dados como produtos das operações das mídias sociais no Sul Global. Em: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da, SOUZA, Joyce e CASSINO, João Francisco, orgs. *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária. p. 53-68.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio, 2017. *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- MIRZOEFF, Nicholas, 2016. O direito a olhar. *ETD - Educação Temática Digital*. 2016, vol. 18, n. 4, p. 745-768.
- SCHIAVI, Iara, 2021. As tendências neoliberais e dataficadas da incorporação tecnológica nas cidades. Em: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da, SOUZA, Joyce e CASSINO, João Francisco, orgs. *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária. p. 150-168.
- ZUBOFF, Shoshana, 2020. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca.